

JULGAMENTO DE RECURSO

EDITAL N° 003/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 003/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS 003/2024

RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA 11E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF n° 19.747.018/0001-80.

O Presidente, tempestivamente julga o recurso interposto pela empresa **11E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF n° 19.747.018/0001-80.**

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Verifica-se que a data de abertura da sessão encontra-se marcada para 19/03/2024 as 14:01hrs, sendo o recurso interposto 14/03/2024 ÀS 13:16HRS- por **11E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF n° 19.747.018/0001-80.**

Observado os prazos conforme dispõe o Edital:

11.1. Impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do Pregão serão recebidos até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação. 11.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser enviados através de campo próprio do sistema no Portal de Compras da AMMESF: <http://www.licitacoesammesf.com.br/>.

Em relação ao atendimento dos pressupostos de admissibilidade, verifica-se que foram preenchidos os requisitos de representatividade, o recurso é tempestivo.

2 - DO OBJETO DO CERTAME

Através do EDITAL N° 003/2024, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 003/2024, PREGÃO ELETRÔNICO 003/2024, REGISTRO DE PREÇOS 003/2024, pretende-se REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA (PROJETOS DE TOPOGRAFIA, GEOTÉCNICA, INFRAESTRUTURA, SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TURÍSTICA, EDIFICAÇÕES, ORÇAMENTOS, ENSAIOS, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E ATIVIDADES RELATIVAS A LICENCIAMENTOS, ANÁLISES, ESTUDOS E FISCALIZAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL) E ESTRUTURAÇÃO; E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO- FINANCEIRA PARA PROJETOS DE CONCESSÕES PÚBLICAS E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA ("PPP"), DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES, DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - AMMESF, conforme Edital e do Termo de Referência.

3 - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE E FUNDAMENTOS

Aduz a recorrente :

- ☐ *Não Publicação da Intenção de Registro de Preços: Alega que a AMMESF não publicou a intenção de registro de preços, conforme determinado pelo art. 86 da Lei nº 14.133/2021.*

A doutrina entende que existem exceções à obrigação descrita no art. 86, dentre elas a inviabilidade operacional, que no caso da AMMESF é a falta de capacidade para gerenciar a ata de registro de preços em um contexto de contratação já compartilhada. Considerando que a associação engloba 44 municípios, a complexidade e os desafios logísticos de incorporar ainda mais órgãos à licitação tornariam a gestão da ata praticamente inviável.

A capacidade de gerenciamento eficiente é fundamental, e neste caso, a gestão compartilhada entre um número tão elevado

de municípios já estabelece um cenário complexo, justificando plenamente a decisão de limitar a extensão da ata para assegurar sua viabilidade operacional e administrativa.

- **Exigências Restritivas à Competitividade:** Alega-se que o edital contém exigências que restringem a ampla competição, em especial referindo-se à qualificação técnica e operacional que não condiz com os serviços licitados, presumindo-se projetos padronizados sem complexidade técnica e operacional.

A exigência de qualificações técnicas amplas reflete a diversidade e complexidade das necessidades dos 44 municípios consorciados. Os projetos envolvem desde a manutenção e construção de infraestruturas urbanas até a realização de estudos de viabilidade, englobando uma vasta gama de serviços de engenharia e arquitetura. A definição de tais requisitos tem por objetivo assegurar a contratação de empresas competentes e capacitadas, capazes de atender a todas as demandas previstas, sem comprometer a qualidade e eficácia dos serviços prestados.

O edital exige a comprovação da capacidade técnica e operacional na elaboração de projetos como arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, de restauro, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, obras de arte especiais (pontes ou viadutos), dentre os demais cuja capacidade é exigida, embora abrangentes e diversificados, são considerados como projetos padronizados dentro de sua respectiva categoria de atuação, sendo que a complexidade técnica e operacional que cada um demanda individualmente não tem o condão de desclassificá-los da categoria de serviços comuns.

Cada uma dessas categorias de projeto envolve um conjunto de normas técnicas, práticas de engenharia e arquitetura bem estabelecidas, e requisitos legais claros, permitindo sua classificação como padronizados no contexto de processos de licitação. Isso não implica que esses projetos sejam simples ou triviais, mas que existe uma base de conhecimento e prática consolidada que permite sua categorização e execução de forma padronizada. Ora, existem normas técnicas que definem se determinado projeto será ou não aprovado, de modo que, nos termos do art. 6º, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

A complexidade técnica de cada projeto é entendida dentro dos limites da especialização necessária para sua realização, ou seja, é complexo apenas para quem não é da área, sendo que para aqueles que possuem determinada especialização, é o que se espera. Por exemplo, um projeto de pavimentação asfáltica urbana envolve a aplicação de técnicas de engenharia civil bem estabelecidas e normas específicas que direcionam sua execução, tornando-o um projeto com requisitos técnicos conhecidos e metodologias definidas. Da mesma forma, a elaboração de projetos de saneamento ou de estruturas em concreto segue princípios de engenharia específicos e normas técnicas que orientam sua concepção e execução.

O fato de serem classificados como padronizados não reduz a importância da especialização técnica e da experiência dos profissionais envolvidos. Ao contrário, reconhece-se que a execução competente desses projetos requer um alto grau de conhecimento técnico e habilidades específicas.

Ou seja, não é razoável esperar que por ser classificado como serviço comum, não seja exigido a comprovação da capacidade técnica afeta àquela área, no caso em tela, engenharia e arquitetura.

A designação como "padronizados" reflete a existência de um arcabouço técnico e normativo que guia a elaboração desses projetos, facilitando a definição de critérios para licitação e a avaliação dos projetos futuramente entregues.

Note-se ainda que, o impugnante alega que há restrição da competitividade em razão da exigência da habilitação operacional e profissional, mas deixa de apontar qual seria a exigência desarrazoada para a execução dos serviços em questão.

Assim, mesmo diante da variedade e da especificidade de cada tipo de projeto mencionado, é possível adotar critérios de licitação que considerem a natureza padronizada dos trabalhos dentro de suas áreas de especialização, permitindo uma ampla participação de empresas de engenharia e arquitetura capazes de atender às demandas técnicas e operacionais específicas de cada categoria de projeto

- Inobservância do Princípio do Planejamento: Argumenta-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) do edital contém

informações inconsistentes e apócrifas, não seguindo o princípio do planejamento previsto pela Lei 14.133/2021.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado considerando as dificuldades enfrentadas pelos municípios em especificar suas necessidades devido à falta de mão de obra técnica qualificada. O fator preponderante para o presente certame, em especial pelo Sistema de Registro de Preços, é a dificuldade técnica dos municípios associados em obter mão de obra especializada para executar os projetos e até mesmo os estudos necessários, motivo pelo qual, com base nas informações fornecidas, a equipe técnica estipulou os projetos mais requisitados a fim de determinar a exigência de comprovação técnica. O consórcio, atuando em nome dos municípios, mensurou os projetos mais comuns e necessários, baseando-se em contratações anteriores e nas demandas preliminarmente listadas pelos municípios, reforçando o compromisso com o princípio do planejamento.

- Falta de Justificativa para Não Parcelamento do Objeto: Critica-se a ausência de uma justificativa técnica e operacional válida para não se parcelar o objeto da licitação, o que poderia permitir maior participação de empresas especializadas em áreas específicas.

A decisão de não parcelar o objeto da licitação advém da estratégia de maximizar a eficiência e eficácia das contratações, reunindo em lotes os serviços com características semelhantes. Tal abordagem simplifica a gestão da ata de registro de preços, otimizando o equilíbrio entre a quantidade de contratos e as notas de empenho a serem administrados, conforme recomendado pelo Acórdão nº 5301/2013 do TCU.

- Falha na Determinação de Parcelas de Maior Relevância: Observa-se que o edital não especificou as parcelas de maior relevância ou valor significativo, contrariando a legislação vigente sobre a exigência de atestados de capacidade técnico-profissional

A natureza dos projetos foi estabelecida com base nas necessidades comuns entre os municípios, considerando a

experiência de contratações anteriores e a capacidade técnica requerida para sua execução. A ausência de especificação das parcelas de maior relevância decorre da dificuldade em antever todas as demandas específicas, o que justifica a adoção do sistema de registro de preços para garantir flexibilidade e responder prontamente às necessidades conforme surgem. Além disso, não há que se falar em restrição da competitividade já que, justamente em razão da impossibilidade de previsão dos serviços a serem executados, o edital e TR exigem tão somente a comprovação de execução de determinados serviços, não incluindo na necessidade quantitativo mínimo.

- ☐ Alegação de que não foi localizado no sistema de transparência as dotações que serão utilizadas para custear os serviços licitados.

Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. O órgão ao formalizar a contratação indicará a indicação da rubrica orçamentária que ocorrerá as despesas.

3 - DECISÃO

Diante do exposto, **CONHEÇO** do recurso apresentado pela licitante **11E CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 19.747.018/0001-80**, pois em face das justificativas apresentadas, entende-se que não constituem ofensa aos princípios da economicidade, da competitividade, da isonomia e da legalidade, inexistindo assim, razões para a adoção de eventual medida corretiva no Edital.

Pirapora-MG., 18 de Março de 2024.

Pedro Henrique Soares Braga